

Presidente da Junta de Freguesia reconhece o problema, mas pede “ajuda” dos locais

Calheta debate-se com problemas de droga e prostituição, mas entidades oficiais só podem actuar se a população fizer queixas



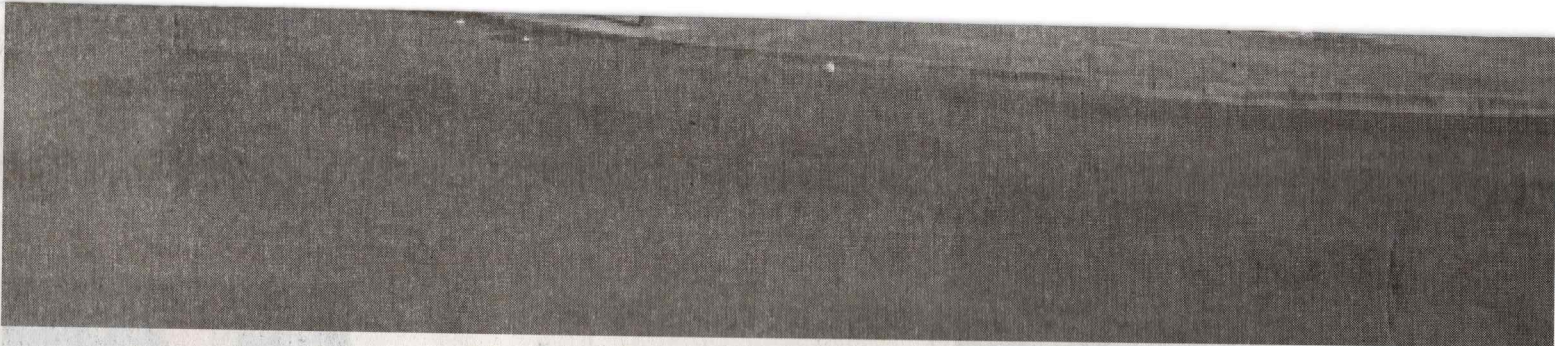
dispõe de varredores.

O Presidente esclarece ainda que o acumular de folhas se deve à falta de poda das árvores, um problema que considera nacional, sublinhando que esta actividade só pode ser realizada em certas circunstâncias previstas na lei.

Além disso, José Leal assume que a Freguesia de São Pedro não dispõe de pessoal qualificado para esta tarefa: “a Junta não tem homens que saibam podar árvores”, justificando que os actuais colaboradores provêm de programas ocupacionais, nos quais alguns “nem sabem ler nem escrever”, e reforça que para executar a função “é preciso ter formação”.

No que toca à gestão dos resíduos, José Leal admite que “existem, sim, contentores que precisam de ser substituídos e há coisas que não são devidamente bem feitas”. Contudo, o Presidente da Junta assegura que a autarquia não tem ficado indiferente, afirmando que “já denunciámos a situação à Câmara Municipal de Ponta Delgada”.

Diante deste cenário, José Leal apela à paciência, mas também à acção, reconhecendo que é necessário “acompanhar” o



Nos últimos tempos, têm aumentado as preocupações com o apoio prestado a toxicodependentes, bem como com os potenciais problemas de ordem pública nas ruas da Calheta, em Ponta Delgada.

Neste sentido, em declarações ao nosso jornal, o Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, José Leal, assegura que a Junta não recebeu, até ao momento, “nenhuma queixa” oficial sobre a matéria. Ainda assim, revelou que fez questão de esclarecer o assunto directamente com as entidades envolvidas: “Ligamos ao Novo Dia e falámos com eles. Disseram-nos que, através das carrinhas, procedem à distribuição de garrafas de água e de mais algumas coisas”.

Relativamente à distribuição de tratamentos de substituição, o autarca esclareceu que essa responsabilidade não cabe à associação Novo Dia, sublinhando que quem fornece a metadona aos toxicodependentes é a ARRISCA.

José Leal desvaloriza também os rumores de comportamentos inadequados generalizados nas ruas, referindo que, segundo a informação de que dispõe, “não há banhos de água pública”.

Contudo, o autarca não descarta a possibilidade de ocorrências isoladas: “agora, pode ter existido algum caso, que eu não

tenha conhecimento, que tenha ultrapassado os limites”.

Perante cenários que possam configurar “um atentado ao pudor público”, José Leal afirmou que “isso é uma questão policial” e que, nesses casos, “é necessário chamar as autoridades competentes”. Relativamente a questões de prostituição na zona, o Presidente reconhece o problema, mas diz que as medidas se prendem com a chamada das autoridades policiais a intervir, contudo alertou ainda que este fenómeno têm vindo a diminuir nos últimos tempos.

O Presidente apela ainda à participação activa dos cidadãos, lembrando que “as pessoas podem enviar para a Junta um e-mail a queixar-se e falar com as autoridades competentes”.

No entanto, José Leal reforçou que, se ocorrer qualquer situação que “ultrapasse a razoabilidade e onde se esteja a cometer uma ilegalidade, é preciso chamar as autoridades que aplicam a lei”, fazendo ainda questão de sublinhar que a Junta de Freguesia está totalmente disponível para apoiar a população “naquilo que for preciso”, porque “nós também não gostamos que isso aconteça”.

Embora reitere que, até à data, a Junta de Freguesia não tem conhecimento de episódios desta natureza, o Presidente insiste

que as pessoas devem reportar qualquer ocorrência: “estão livres de ligar ou mandar e-mail para a Junta para nós agirmos a partir daí”.

José Leal enquadra ainda esta realidade num problema social muito mais vasto, admitindo que não se surpreenderia com tais incidentes, dada a conjuntura actual.

“Estamos a viver uma situação onde algumas leis estão desactualizadas e um cenário de muita indigência e de muitos sem-abrigos”, apontou, salvaguardando que este fenómeno não é exclusivo de São Pedro, “mas sim de toda a cidade e arredores”. Segundo José Leal, muitas destas pessoas “estão desequilibradas”, não têm filtros e “acabam por fazer coisas menos correctas”.

Diante disto, defende que a solução passa também por reformas estruturais: “Deve existir uma revisão de leis para que as autoridades, médicos e psiquiatras sejam mais ‘fortes’ com este tipo de indivíduos”.

Sujidade compete à Câmara Municipal

Segundo o responsável, a questão da sujidade nas ruas é uma competência da Câmara Municipal, sendo a autarquia é quem

“Sabemos que isto não se resolve de um dia para o outro”, admitiu, advertindo, no entanto, que se tratam de “situações de urgência”, uma vez que são aspectos que “degradam a qualidade do ambiente e criam desconforto na população”.

Manutenção de espaços verdes sofreu atrasos

No que diz respeito aos espaços verdes, o Presidente da Junta assume que esta é uma área da responsabilidade directa da autarquia local, reconhecendo que “houve realmente um certo atraso” na manutenção destes locais, mas assegura que a equipa já está “a compensar essa demora”.

Segundo o autarca, o desvio no planeamento deveu-se à sobrecarga de eventos recentes, sendo as festas de São Pedro e a participação no Espírito Santo as maiores causas.

José Leal lembra ainda que a organização das festividades locais, que envolvem marchas, bandas e quase uma semana de festa, exige um esforço logístico enorme de “montagens e desmontagens”, algo particularmente exigente para a escala da Junta de São Pedro.

“É preciso que as pessoas percebam que nós estamos a fazer festas do nível de Câmaras Municipais”, explicou, comparando a dimensão do evento a festas organizadas por municípios da ilha e da Região, tais como as Sanjoaninas (Câmara de Angra do Heroísmo) ou o São João da Vila (Câmara de Vila Franca do Campo).

“Nós estamos a fazer festas do nível de uma Câmara Municipal, sendo que somos apenas uma Junta”, concluiu.

Diogo Simões Pires